

POLÍTICAS PÚBLICAS E DINÂMICA SOCIOAMBIENTAL NO VALE DO RIBEIRA: O CASO DO MUNICÍPIO DE IPORANGA-SP

¹ –JONAS JUSTINO DOS SANTOS (JOHNNYCAVE@BOL.COM.BR)

²- ANTONIO CARLOS VITTE (VITTE@UOL.COM.BR)

Introdução e justificativa

O presente artigo tem por intuito analisar a dinâmica socioambiental no município de Iporanga-SP (Vale do Ribeira). O princípio que estrutura o trabalho é o desenvolvimento econômico local, em que se parte da hipótese de que no município de Iporanga a agenda ambiental é uma ferramenta política e técnica, que pode viabilizar o desenvolvimento do município, sem que com isto, as tradições locais sejam quebradas ou re-funcionalizadas por processos de consumo do espaço-natureza-patrimônio, que geralmente acontece com áreas de elevado potencial turístico, o recorte empírico que é o município, permite o desenvolvimento de alguns eixos de reflexão que se mesclam na constituição do trabalho, a saber:

- A) O trabalho com diferentes escalas (municipal, estadual, nacional, internacional)
- B) Tradições e culturas diferenciadas;
- C); Patrimônio natural e cultural

Contribuindo desta maneira para o desenvolvimento de uma agenda 21 local positiva e sustentável para o município baseado na sustentabilidade³ e na participação da população nos processos de decisões e implantações destas políticas, bem como a relevante importância destas para o planejamento de áreas cársticas e limitações de

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia-Instituto de Geociências-UNICAMP

² Professor Doutor do Departamento de Geografia-DGEO-UNICAMP

³ Este conceito deve ser entendido neste artigo como Sustentabilidade Ampliada, que quer dizer que não haverá sustentabilidade ambiental, sem sustentabilidade, social, cultural, econômica, etc... Ou seja, ou se trabalham todos os níveis ao mesmo tempo, ou não se terá um desenvolvimento sustentável. É interessante a evolução deste último conceito, que deixa de ser um nome de um novo modelo para ser o nome de um novo processo (CRESPO, 1997), a sustentabilidade passa a ser compreendida, assim como um amplo processo de transformação, o qual pode ser decomposto em diversas dimensões, entre as quais podemos apontar a dimensão econômica. (NOVAES, 2000).

áreas naturais destinadas ao ecoturismo em conformidade com as necessidades sociais da população e, com a prática de preservação da natureza.

A Região do Vale do Ribeira de Iguape se estende por 1.734.076 ha no Sul/Sudeste do Estado de São Paulo confrontando-se ao norte e ao leste com as bacias dos rios Tietê e Paranapanema, e ao sul com a bacia do rio Iguçu.

Localizada no estado mais industrializado do país, a região permanece ainda em condições extremamente precárias do ponto de vista econômico e social destacando-se como a região de menor desenvolvimento do Estado de São Paulo.

Dois aspectos definem a pobreza material no Vale do Ribeira: o desemprego e a baixa renda que condenam amplas parcelas da população a pobreza. Decorre que diante desta situação o principal desafio é buscar o desenvolvimento da região que tem em seus limites geográficos a maior área de Mata Atlântica no Estado de São Paulo e, por outro lado, cujas maiores expressões sócio-econômicas são a miséria e a falta de emprego. Esta região caracteriza-se por apresentar uma forte presença de cobertura vegetal concentrando 40% das unidades de Conservação (Ucs) do Estado como: Parques Estaduais, Estações Ecológicas e Áreas de Preservação Ambiental (APAS).

Esta área é considerada pela UNESCO patrimônio mundial⁴ no Brasil por possuir um rico domínio natural (Mata Atlântica) que mesmo reduzida possui enorme importância, pois exerce influência direta na vida da população que habita seus domínios (cidades, áreas rurais, comunidades caiçaras, indígenas e quilombolas) pois, ela regula o fluxo dos mananciais hídricos, assegura a fertilidade do solo, controla o clima e protege as encostas das serras além de possuir um rico -patrimônio histórico e cultural ligado à ocupação da região e a presença de populações tradicionais como os quilombolas e caiçaras. (SANTOS,2002).

A região também apresenta uma série de problemas e conflitos fundiários e sócio-ambientais gerados pela falta de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento regional, levando-se em conta que este tipo de política deve estar canalizada em outro tipo de desenvolvimento, que tenha como base à integração e a inclusão dos diferentes grupos sociais ligadas ao um processo onde a distribuição equitativa dos benefícios,

⁴ Em 1972 , a Organização das Nações Unidas para Ciência e Cultura criou a Conservação do Patrimônio Mundial, para incentivar a preservação de bens culturais e naturais considerados significativos para a humanidade, sendo parte de um esforço internacional na valorização de bens, que por sua importância para referência e identidade das nações, possam ser considerados patrimônio de todos os povos. O Brasil possui desete bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial, sendo um deles a Mata Atlântica do Sudeste.

permita a conservação do meio ambiente, a melhoria da qualidade de vida e o atendimento das reivindicações sociais e econômicas da população.

Dentro deste contexto o município de Iporanga localizado no alto Ribeira apresenta uma das maiores províncias espeleológicas do Brasil, com mais de 200 cavernas cadastradas, destacando-se entre elas a caverna de Santana uma das mais ornamentadas do Estado e a caverna Casa de Pedra que possui um dos maiores pórticos de entrada do mundo com 210m de altura (KARMAM,1983), em seu território encontra-se um grande número de Ucs (Unidades de Conservação), a mais importante delas é o Parque Turístico do Alto Ribeira (PETAR), que se encontra em uma área onde aflora o embasamento carbonático que possui características típicas de relevos cársticos como :sumidouros, dolinas e cavernas em vales fechados e com drenagens de alta e média densidade.(fig 1-2)

Além disso o município apresenta um dos mais baixos índices de IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) em torno de 0,59, sendo um das cidades mais pobres da região ficando a frente somente dos municípios de Barra do Turvo, Barra do Chapéu e Itapirapuã Paulista, sendo que Registro na vale apresenta um índice de 0,84 conforme (SÃO PAULO,1999).



Figura-1-Localização do município de Iporanga no Estado de São Paulo.

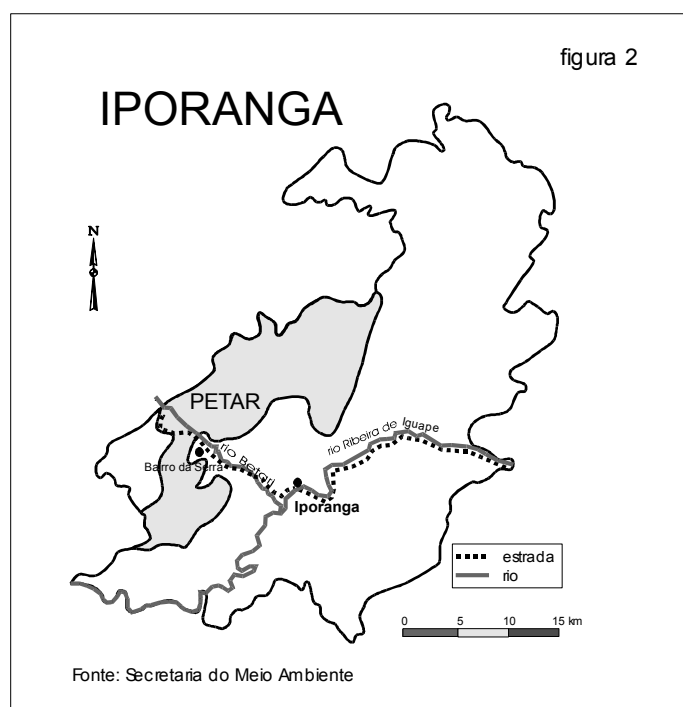


Figura-2. Localização do PETAR no município de Iporanga-SP

Pois devido à implantação do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira) e a implementação das leis ambientais na proteção da Mata Atlântica e o tombamento do centro histórico de Iporanga é que começa haver inúmeros conflitos socioambientais. com relação ao uso e ocupação do solo e com a redução drástica de atividades econômicas ligadas à exploração dos recursos naturais como extração de palmito para conserva e da mineração de calcário e chumbo, sobressaindo atualmente atividade turística que tem levada a uma nova forma de utilização do rico patrimônio natural ⁵ do município.

Pois conforme Brito (2001:211) apud Resende (2000:56) a respeito da implantação de unidades de conservação no Brasil, e mais especificamente no Estado de São Paulo, surgem algumas características básicas deste processo: o pressuposto básico é a

⁵ -Entende-se conforme (MORAES;2000) que todo território que se assenta sobre uma extensão de espaço físico, que conhece modelagens geomorfológicas variadas, resultantes de uma complexa combinação de fenômenos naturais (geológicos, climáticos, paleoclimáticos, pedológicos, etc). Sobre esta base físico-territorial se instalam processos biológicos também variados e articulados, e dessa associação conforma-se o espaço que se define como meio natural, o qual atua como suporte dos processos sociais de formação territorial. Ao conjunto de estoques dos recursos naturais depositados num dado meio se atribui o nome de patrimônio

separação entre homem e natureza, seguindo o padrão preservacionista, a centralização das ações do Estado, com raro envolvimento da sociedade, a maioria das unidades foi criada em situação de emergência, o arcabouço legal disponível não é suficiente e mesmo assim não tem sido obedecido e as organizações responsáveis demonstram precariedade institucional, pois além de recursos materiais e humanos insuficientes, tem-se insuficiência de procedimento de padrões técnicos operacionais, aliado a isto tudo a estrutura administrativa defasada e burocrática do sistema governamental.

Esta visão preservacionista conforme (ARRUDA,2000) destaca que os conflitos rurais estão ligados as restrições decorrentes do estabelecimento de unidades de conservação de uso restrito, este fato tem produzido descontentamento crescente, pois no Brasil, país com graves problemas de desemprego urbano, péssima distribuição de renda, estrutura fundiária concentrada, é grande a contribuição deste modelo para o agravamento do conflito rural “. Ainda segundo o autor” as populações que habitam estas áreas são discriminadas por sua identidade sócio-cultural e impedidas de reproduzir seu modo de vida, tanto pelo modelo de ocupação predatório que se expande tanto pelo modelo de conservação vigente. Assim paradoxalmente acabam por desenvolver uma postura anticonservacionista, identificando o ambientalismo como substituto dos antigos grileiros e passam a desenvolver práticas predatórias ao meio ambiente como o único meio de garantir sua subsistência e não cair na marginalidade ou na indigência ““.

A falta de um plano integrado de desenvolvimento para o município de Iporanga e a falta de uma visão de planejamento nas formulações de políticas públicas setoriais gera um evidente antagonismo de diretrizes e sobreposição de atribuições, agravando assim as condições sociais do município que possui uma carência crônica de serviços públicos e infra-estrutura para o atendimento das necessidades básicas da população, principalmente a rural.

.As políticas dirigidas a desenvolver o enorme potencial econômico da região, o qual, o município de está inserido, representado pelo turismo e pela utilização sustentável dos recursos naturais, incluindo aí a riquíssima biodiversidade representada pelo domínio de Mata Atlântica, pela presença de um rico patrimônio histórico-cultural e espeleológico, tem agravado os conflitos socioambientais no município com relação ao uso e ocupação e a gestão dos recursos naturais enfocados numa dicotomia desenvolvimento econômico versus proteção ambiental.

natural. Esse expressa a identificação do potencial de recursos à disposição do grupo humano que domina aquele espaço. Assim, o patrimônio natural é um componente do território.

Diante deste quadro o ponto central deste trabalho é verificar e analisar quais são as políticas e estratégias de desenvolvimento econômico local a partir da utilização do patrimônio natural do município como viabilizador de práticas e melhoria da qualidade de vida da população dentro de um quadro de valorização do espaço.

Dentro deste enfoque é considerado nesta pesquisa que se houver um planejamento integrado do uso e da gestão dos recursos naturais juntamente com a participação da população local nos processos de decisão e na implementação de políticas públicas há a possibilidade de desenvolver atividades econômicas que não causem impactos significativos e diminuam os conflitos socioambientais com relação ao uso e mantenha a preservação do patrimônio natural e cultural do município de Iporanga, desde que baseados em estudos técnicos-científicos.

Pois conforme (LEITE,1992), parece cada vez mais distante a possibilidade de organizar o território sem repensar o modelo econômico, a localização das atividades industriais,o tipo de urbanização, a função dos espaços não urbanizados, as necessidades específicas dos grupos sociais em construir a paisagem dentro das regras de um jogo que favoreça uma maior diversidade de estilos de vida, implica, enfrentar as contradições do capitalismo, entender o conflito entre as inovações e o estabelecido. Ainda segundo o autor isso só pode ser feito a partir da compreensão dos processos naturais ou não, que levam o exaurimento e a degradação da paisagem, simultaneamente com a compreensão das razões sociais, econômicas e políticas que levam a adoção de determinadas práticas de utilização do território.

Conforme (MORAES,1984) que a apropriação dos recursos do próprio espaço, a construção de formas humanizadas sobre o espaço, a perenização (conservação) desses constructos, as modificações, que no substrato natural, quer nas obras humanas, tudo isso representa a criação de valor.

Desta maneira para assegurar a linha de desenvolvimento desta pesquisa, adota-se de cunho metodológico a valorização do espaço como um instrumental fundamental de análise dos aspectos sociais e ambientais do município.

O objetivo geral deste trabalho é analisar as estratégias e políticas de desenvolvimento local no município de Iporanga a partir do patrimônio natural enquanto viabilizador da melhoria de qualidade de vida da população como também analisar os impactos que estão sendo produzidos no município a partir das novas modalidades de uso do patrimônio natural.Tendo como enfoque específico:

- A) A discussão da importância do patrimônio natural e cultural na qualidade ambiental do município e sua relação com o desenvolvimento econômico local;
- B) Compatibilização de planos e programas de governo a partir da agenda 21 (brasileira, local, etc)
- C) Determinação dos principais impactos socioambientais a partir das novas modalidades de uso do patrimônio natural e cultural do município.

2-Bases Teórico-Methodológicas

A análise e qualificação das políticas públicas vão ser verificadas sob a ótica que segundo (MORAES, 2000), são os processos sociais que qualificam os lugares, inclusive as características naturais neles contidas, tornando-as; um qualificativo histórico dependente de determinações tecnológicas disponíveis.

Pois, conforme (SOUZA, 1997) em um sentido material sutil, um espaço natural, ainda que não propriamente transformado por um dado grupo, pode ser já considerado "social" a partir do momento em que, na mira de um projeto de colonização ou, pelo contrário, protegido enquanto reserva biológica, parque natural, etc, foi apropriado por um projeto social, (passando a ser objeto de uma leitura determinada e recebendo finalidade e sendo mapeado e enquadrado). Ainda segundo o autor "não apenas o trabalho, que produz materialmente o espaço social", socializa o espaço natural, as representações destes são, em si, já uma forma de desnaturalização, ao significarem a sua captura pelo imaginário de uma sociedade e uma forma de apropriação".

Assim o espaço preservado é aquele que por sua baixa ocupação/ou por sua alta potencialidade em recursos naturais/ ou ambientais ainda disponíveis, habita-se para um amplo leque de possibilidades de uso futuro. Neste sentido a própria possibilidade de planejar sua ocupação emerge como uma riqueza e uma vantagem comparativa

As análises destas políticas segundo (MORAES, 1999) devem ter uma abordagem própria para os estudos ambientais, na qual cada atributo é, desde do início, investigado nos seus aspectos de inter-relação e não apenas nas suas características intrínsecas e estanques, isto é como fator dinâmico para a identificação dos níveis de vulnerabilidade e sustentabilidade. sendo ela capaz de expressar, ao mesmo tempo, e explicitamente a dinâmica das configurações físico-territoriais em interação contraditória com a dinâmica social em cada lugar e em todo conjunto focado.

Assim o lugar qualifica-se economicamente pelos bens que abriga, mas também por sua localização e caracterização geral (esta advinda da consideração da totalidade dos recursos ali disponíveis, e não de cada um individualmente considerado)

A concepção de lugar é visto como uma unidade de investigação e gestão, uma realidade material física-biótica-social cuja denominação obedece a um recorte pelo qual é analisada por seu investigador ou gestor. Nesse sentido, o lugar pode ser um ecossistema, uma biota, uma unidade geoambiental, um habitat, um município, uma planta produtiva, etc. (MORAES, 1999)

Pois, segundo o autor ainda parte-se de uma tradição metodológica que concebe a totalidade não como um macro objeto, uma representação exaustiva que engloba o conhecimento de todo o existente mal fundamentalmente como um recurso de método: um modo associativo de pensar o real, que busca relações e conexões dos fenômenos analisados, o processo de valorização do espaço pode ser desdobrado em alguns processos mais específicos, que exprimem distintas relações entre uma sociedade e seu suporte espacial.

Para as atividades produtivas tem importância, não apenas o trabalho morto acumulado em meios de produção, como também a disponibilidade e as características das forças naturais em geral e de seu papel na produtividade do trabalho. Assim, o valor do espaço também se expressa na qualidade, quantidade e variedade dos recursos naturais disponíveis numa dada porção do espaço terrestre. Isso significa que a singularidade natural dos lugares, é uma preocupação clássica da Geografia (MORAES&COSTA, 1984) Conforme (MORAES, 2000) afirma que as singularidades absolutas das diferentes porções do planeta se impõem como um imperativo no deslindamento desses processos de relação entre as sociedades e a superfície da terra, isso fornece um conteúdo próprio à perspectiva assumida na análise geográfica (da totalidade). O imperativo espacial se impõe, em primeiro lugar, pela variedade dos quadros físicos do planeta, sendo a diversidade local inicialmente pautada por características da natureza, este substrato natural diversificado e requalificado continuamente enquanto recursos para a sociedade sobrepõem-se heranças de espaços construídos. O trabalho morto também fixa ao solo seletivamente, exponencializando as singularidades locais. A valorização do espaço articula estes dois fatores, e ainda associa à dinâmica local os estímulos exteriores, pelo fato de que os lugares – através das pessoas, produtos e processos se relacionam.

A formação territorial resgata também uma unidade dialética entre a forma e o processo vital para a ótica geográfica que se busca construir, pois, não é o território que é assumido

como investigação, mas o processo de sua formação, tem-se portanto, que o estudo da constituição do território pode ser um rico caminho para a análise da particularidade histórica de uma formação econômico-social.(MORAES,2000).

Ainda segundo o autor, os territórios, são antes de tudo entidades políticas, cuja manifestação na órbita do capitalismo não pode ser dissociada da figura do Estado.A formação territorial sob este modo de produção é antes de tudo, o exercício progressivo domínio estatal dos diversos âmbitos territoriais do planeta.Assim,como bem asseverava Ratzel, o território deve ser visto- no mundo moderno – como área de dominação de um Estado, cuja existência se fundamenta em sua manutenção, defesa e ampliação.

Assim conforme (MORAES,2000),Terra susbtantiva-se no capitalismo como condição e meio de produção como uma ampla dotadora de pressupostos e subsídios para as atividades produtivas. Ela fornece a base espacial e as matérias-primas, os instrumentos de trabalho e as fontes de energia, enfim, condições e produtos naturais dotados de um valor passível de ser aferido no mercado capitalista de bens

.E tais condições e produtos encontram-se desigualmente distribuídos nos lugares terrestres, o que redundando num valor potencial também variável das diferentes localidades da Terra. Pois, nesse sentido, o consumo de um lugar objetiva-se na utilização dos recursos naturais ali depositados, mas também na sua fruição como suporte e condição da produção e vida.Tomando-se o consumo como uma destruição (mesmo que produtiva), o primeiro passo para equacionar o empobrecimento natural dos lugares – pelas formas de valorização do espaço ali desenvolvidas que reside na valoração da riqueza natural presente, isto é, no inventariamento dos recursos contidos no seu quadro natural.

Ainda segundo (MORAES,2000), o consumo dos lugares implica, em parte na destruição de parcelas de seu patrimônio natural, por isso, para avaliar a positividade ou a negatividade dos processos de valorização do espaço deve-se apreender a relação entre o valor contido e o valor criado num dado lugar.

No primeiro destaca-se a determinação de ordem histórica, dando enfoque na medição da história das técnicas, na medida em que são elas que qualificam uma matéria telúrica como recurso natural. Outra medição necessária deve contemplar a relatividade social da valoração, em que se projeta a diversidade e os antagonismos presente na sociedade em questão. A objetivação do valor contido em uma dada localidade manifesta-se por meio do consumo produtivo, com a utilização dos lugares e de seus recursos gerando valores

de uso, renda e lucro, assim o valor criado advém do modo de exploração das condições locais, variando conforme a atividade desenvolvida.

3-Metodologia adotada

1-Delimitação da área de estudo a ser avaliada (município de Iporanga-SP)

2 Levantamento histórico da ocupação humana e da formação sócio-espacial do município e seu contexto na região

3-Análise das políticas adotadas pelo município no âmbito sócio-econômico e ambiental, através de entrevistas com os responsáveis por órgãos públicos, municipais, estaduais, federais e entidades civis;

4-Identificação das atividades econômicas transformadoras ocorrentes, bem como das alterações e fenômenos socioambientais derivados;

5-Identificação dos fatores ambientais impactados e respectivos indicadores ambientais de comportamento e funcionalidade, uso de indicadores sócio-econômicos para verificar a estrutura urbana e o nível de qualidade de vida da população, cartografar os fenômenos espacialmente

6-Coleta e registro de dados realizados, através do levantamento de informações ao patrimônio natural do município (Inventário), uso e ocupação solo e aspectos sócio-econômicos, através de consulta de mapas, cartas geográficas e manuais estatísticos, consulta a órgãos público municipais, estadual e federal;

4-Resultados preliminares

Dentro do contexto da pesquisa foram realizados o levantamento de toda a infra-estrutura urbana e rural do município de Iporanga com relação eletrificação, saneamento básico, água encanada, educação, saúde, esgotos e disposição dos resíduos sólidos como

também o registro fotográfico e o levantamento das condições das principais malhas viárias que dão acesso a município SP-165 Apiaí-Iporanga, Iporanga – Barra do Turvo e trecho Iporanga- Eldorado procurando identificar as condições de uso e sua importância para o desenvolvimento do município e elos de ligação com outros município da região.

Também foi realizado o levantamento das condições de uso e conservação do núcleo urbano do município considerado como patrimônio histórico do Estado de São Paulo, por apresentar estruturas urbanas arquitetônicas da época de sua fundação, com construções típicas do estilo barroco representando o à passagem do ciclo do ouro paulista na região e tombada pelo CONDEPHAAT. Além disso, foram visitadas e realizadas entrevistas em 04 comunidades remanescentes de quilombos (Nhunguara, Maria Rosa , Pilões e Porto Velho) com a finalidade de verificar as condições que se encontram estas comunidades e quais são as políticas aplicadas pelos órgãos com relação à preservação deste patrimônio cultural e os conflitos existentes com relação ao uso e ocupação do solo no que tange a questão ambiental e fundiária.

Durante o campo foi realizado um levantamento dos principais impactos ambientais onde se sobressaíram o desmatamento de inúmeras áreas florestadas para plantio, em áreas com declividades acima de 45°, processos erosivos próximos às estradas contribuindo para o sucateamento da malha viária, além da construção de casas de turistas em áreas consideradas de preservação dentro dos limites do PETAR (Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira).

Foram também entrevistados representantes de órgãos públicos municipais: prefeito, secretário de turismo, representantes de Ong's AMAIR (Associação de Monitores Ambientais de Iporanga), estaduais:DPRN, ITESP, direção PETAR, Polícia Florestal Batalhão Apiaí com o intuito de averiguar quais são as políticas realizadas por estes órgãos no município e se estas contemplam as questões relativas aos conflitos socioambientais e se elas agem de forma integrada para a melhoria da qualidade de vida da população do município.

Foram visitadas duas comunidades (Bairro da Serra e Ribeirão) ambas se encontram dentro dos limites do parque sendo que a primeira apenas se encontra a 3Km da principal acesso ao parque e recebe por sua localização um grande fluxo de turistas que visitam o parque, sendo que neste bairro começa a haver uma intensa urbanização com a construção de inúmeras pousadas e casas de veraneio denotando uma valorização do espaço local com o aumento da procura por lotes ,neste bairro também se verifica um grande foco de conflitos com relação ao uso e ocupação do solo, pois uma parte dele se

encontra dentro do parque gerando conflitos com os moradores locais , pois estes não podem aumentar suas casa e nem construir que são multados pelo polícia florestal cometendo assim crime ambiental, também não podem roçar áreas para cultivos de subsistência. No Bairro de Ribeirão que também se encontro dentro dos limites do parque localizado no núcleo Cassa de Pedra foi realizado um levantamento fotográfico do bairro dos tipos de moradias e feita uma entrevista com o presidente da associação do Bairro com o objetivo de verificar as condições e restrições a que estão submetidos os moradores do bairro e se há alguma política do parque com relação a eles.

Com relação ao Patrimônio espeleológico do município foram visitado os núcleos Santana, Casa de Pedra e Cablocos do PETAR e foram verificadas como são realizadas as visitas turísticas e como é a participação dos monitores ambientais neste processo, também foram visitadas algumas cavernas próximas ao Bairro da Serra que recém visitaçao intensa de turistas , onde foram verificadas algumas depredações com relação quebra de espeleotemas e pichações.

No que tocante ao material relativo á área de estudo em questão foram levantadas às fotografias aéreas da área do município na escala de 1:35.000 no de 1997 e na mesma escala no ano de 2002,sendo que este material é de valiosa importância no intuito de realizar um levantamento através da comparação das imagens dos respectivos anos com relação ao uso e ocupação do solo com a finalidade de verificar as tendências da ocupação no município, a possível degradação através da derrubada da cobertura vegetal (desmatamentos).

5-Resultados Esperados

Os resultados esperados desta pesquisa estão intimamente ligados a gerar subsídios que possibilitem a implementação de políticas públicas (agenda 21 Local) que aliem crescimento econômico, melhoria da qualidade de vida e conservação ambiental do rico patrimônio natural e histórico-cultural do município de Iporanga no sentido de buscar uma sustentabilidade no uso dos recursos naturais/humanos e na participação da população nos processos de decisões destas políticas, contribuindo assim no planejamento de áreas cársticas e no desenvolvimento de atividades econômicas como o turismo que causem o mínimo de impacto na área aliando desta maneira desenvolvimento econômico local e preservação ambiental.

6-Conclusões parciais

Diante do quadro exposto até o momento nesta pesquisa podemos aferir algumas situações referentes ao município de Iporanga tais como:

1-Há um desencontro entre as políticas promovidas pelos órgãos públicos instalados na região no que tange a melhoria da qualidade vida da população e no desenvolvimento local;

2-Verifica-se uma total apatia do poder público municipal na realização de investimentos que possibilitem a promoção de atividades econômicas, principalmente com relação ao desenvolvimento do turismo no município que tem crescido constantemente;

3-Há um falta de vontade política na resolução dos conflitos referentes ao uso e ocupação como no Bairro da Serra que possui parte de suas habitações dentro da área do parque, ampliando assim os conflitos;

4-Uma uma mudança significativa e uma valorização dos lotes no Bairro da Serra em decorrência do aumento da atividade turística e devido à localização do bairro próximo ao núcleo principal do PETAR;

5-Não existe uma política conjunta com relação ao melhoramento da qualidade de vida e da preservação de um rico patrimônio cultural representado pelas comunidades remanescentes de quilombos e com relação a indenizações a fazendeiros que se encontram em áreas de quilombos

7-Referências Bibliográficas

AB'SABER Aziz Nassib.O Relevo Brasileiro e seus Problemas.In: Brasil a Terra e o Homem-capIII.Vol i.pg 135-237.São Paulo,1970

BRASIL,Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 21 Nacional. “Agenda 21 Brasileira-Bases para a discussão. MMA. Brasília.2000”.

BRITO, Maria.Cecilia.Wey.de. Unidades de Conservação –intenções e resultados. Ed. Annablume .FAPESP .São Paulo,2000

CRESPINO, S. Desenvolvimento Sustentável: as ONG's devem se engajar na elaboração das agendas 21 locais. Revista Proposta nº 77. São Paulo, 1998

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Os (des) Caminhos do Meio ambiente. Ed. Contexto.São Paulo, 2002

KARMAM,Ivo. Província Espeleológica do Vale do Ribeira aspectos físicos e necessidade de sua preservação.In:SIMPÓSIO SOBRE A OCUPAÇÃO DO VALE DO RIBEIRA. Atas. ABGE/SBE.pg 34-37. São Paulo,1983

MORAES, Antonio Carlos Robert de Capitalismo, Geografia e Meio Ambiente. Tese inédita de obtenção de título de Livre Docente.FFLCH, USP. São Paulo,2000

Contribuições para a Gestão da Zona Costeira do Brasil.Elementos para uma Geografia do Litoral brasileiro. Ed.Hucitac. São Paulo,1999

& COSTA, Wanderley M. A Valorização do Espaço,Ed. Hucitac, São Paulo,1984

RESENDE,R.U. As regras do Jogo: Legislação Florestal e Desenvolvimento Sustentável no Vale do Ribeira. Dissertação de Mestrado em Ciência Ambiental. PROCAM/USP.São Paulo,2000

SANTOS, Jonas Justino. Impactos Socioambientais do Ecoturismo :Estudo sobre o Bairro da Serra no Município de Iporanga-Vale do Ribeira-SP. Trabalho de conclusão do curso de Geografia Modalidade-Bacharelado, Rio Claro, 2002

Ecoturismo e Desenvolvimento Sustentável: o caso do Bairro da Serra no Município de Iporanga-Vale do Ribeira-SP. Trabalho de iniciação científica. FAPESP. Rio Claro, 2002